

OS MO(VI)MENTOS DE IDENTIFICAÇÃO NO AUTO-(RE)CONHECIMENTO DA PESSOA TRANSGÊNERA

Anderson Lins Rodrigues; Berenice da Silva Justino

Universidade Federal de Pernambuco anderson_lins10@hotmail.com
Universidade Federal de Campina Grande berenicejustino@yahoo.com.br

Objeto crescente de interesse, o estudo acerca da transgeneridade tem se ocupado de questões que contemplam a diversidade e a contingência de gênero, sexualidade, identidade, corporalidade, sobretudo, demonstrando os desdobramentos sociopolíticos da não conformidade com as normas de gênero fundadas no binarismo masculino e feminino. Nesse sentido, tais reflexões também se interessam pelas narrativas de vida e organização social de pessoas e comunidades trans, bem como os meios de produção cultural que representam ou expressam a diversidade de gênero, e, ainda, a medicalização dessas identidades e despatologização das diferenças corporais. Observamos que há, no escopo dessas pesquisas, um direcionamento para mudar as condições de produção do conhecimento sobre o fenômeno transgênero, fortemente circunscritos nos domínios do saber-poder das ciências médico-biológicas, que, em muito, ainda concebem a transgeneridade como condição clínica de transtorno de identidade de gênero. Esse trabalho, portanto, se inscreve na esteira da perspectiva despatologizadora, proposta por alguns estudos feministas e pela Teoria Queer, concebendo que esses estudos podem ser conduzidos a partir de uma ótica multidisciplinar, uma vez que têm objetos complexos, como o corpo, as memórias e as subjetividades. Dito isso, defendemos a ideia de que a identidade de gênero não é um *a priori*, mas uma construção social, histórica, ideológica (discursiva) que reveste de sentidos o corpo trans, ao definir/determinar o que é/como ser homem ou mulher.

Palavras-chave: Transgeneridade, Identidade, Corpo, Despatologização, Discurso.

1. Introdução: A academia e as condições de emergência de discursos de resistência

Pecado Original

Caetano Veloso

[...]

Todo mundo, todos os segundos do minuto

Vivem a eternidade da maçã

Tempo da serpente nossa irmã

Sonho de ter uma vida sã

[...]

Todo corpo em movimento

Está cheio de inferno e céu

[...]

O que fazer com o que DEUS nos deu?

O que foi que nos aconteceu?

[...]

Em nossas reflexões, sempre procuramos estabelecer, em um primeiro momento, um contraponto com a arte, nos perguntando se, de algum modo, o que estamos pensando já foi materializado pela música e/ou pela poesia, para citar apenas essas duas manifestações artísticas. Essa opção diz respeito à admiração que sentimos pela articulação da palavra com a inventividade – possibilidade de expressão nem sempre fácil, mas, quando alcançada, tem o

potencial de (des)velar sentidos e sujeitos, despertar sensibilidades, além de ser uma estratégia de resistir pela/na arte.

É dessa forma, como ponto de partida para mais uma reflexão acadêmica, que começamos a apresentar as nossas ideias, considerando que músicos e poetas (artistas), por serem as “antenas da raça¹”, estão na dianteira de algumas “provocações”, que também podem ser pensadas e problematizadas para além da arte. A esse respeito e sua relação com a canção (em epígrafe) e com as ideias que nos tomam, interpretamos, no fio da letra da música, sentidos em movimento, tensão, recusas que caracterizam os sujeitos desejantes, que “não sabe(m) o lugar certo de colocar o(s) desejo(s)”.

É nessa direção de sentidos que situamos os sujeitos que transitam entre gêneros. A nosso ver, os transgêneros nos permitem repensar os sentidos assentados socialmente sobre o próprio do masculino e do feminino, em sua inexistência e contradição que lhes são constitutivos. “Todo corpo em movimento está cheio de inferno e céu”.

No “sonho de ter uma vida sã”, essas pessoas situam-se em um entremeio de sentidos que se (con)fundem - as identificações com os gêneros os atravessam, os interpelam e o corpo os desnuda. Nele (no corpo), estão postos sentidos encarnados: uma suposta “identidade genital” que atua na sua constituição, sendo a primeira inscrição discursiva do gênero, da qual decorrem os efeitos das agruras e dos prazeres de uma vida generificada.

“O que fazer com o que DEUS nos deu? O que foi que nos aconteceu?” Mulher com pênis; homem sem! Ele é ela - um menino pode ser mulher. Ela é ele - uma menina pode “virar” homem! Tal foi a perturbação na qual nos vimos, quando confrontados a repensar os sorridentes sentidos de uma lógica heteronormativa e essencialista que nos constituem.

Fomos levados, assim, a perceber as formas nas quais o gênero penetra a experiência no social e o quanto somos orientados por uma certa racionalidade que dá ênfase ao sexo biológico como critério para o estabelecimento das relações entre pessoas. Hoje entendemos que essa racionalidade ou matriz de inteligibilidade (BUTLER, 2003) forja os sentidos possíveis à identidade de gênero.

Ao expor essas desestabilizações, estamos, entre outras coisas, expondo o nosso lugar de fala e nos revelando como sujeitos *cisgêneros* (mais adiante, detalharemos) que observam as vidas, identidades e relações transgêneras, o que é bastante sintomático por algumas razões que explicaremos. Como sujeitos interpelados por discursos heteronormativos, tivemos que

¹ Autoria atribuída ao poeta americano Ezra Pound (s/d).

desaprender inúmeras “verdades” que nos possuíam para ir adiante com as reflexões em tela, considerando, a propósito, que somos captados por discursos que concebem a identidade de gênero como uma característica natural.

Dizendo com outros termos, ainda acreditamos que os sujeitos são derivados de essências que se colocam fora do processo social. Nesse sentido, a maneira com que interpretamos as pessoas trans² revelam visões estereotipadas sobre o que são homens e mulheres, na medida em que desconsideramos que os laços sociais são construídos por sujeitos históricos e políticos. Essas reflexões, por sua vez, resultaram na ideia de que aquilo que parece um fato natural pode ser entendido em termos sociais como resultado (indefinido e aberto) de arranjos de sentidos.

Pensando assim, nem sempre o corpo sela o destino das pessoas, ainda que os percursos identitários sejam fortemente influenciados pela genitália com a qual se nasce. Em outras palavras, “corpos não podem mais ser considerados invólucros estáticos para identidades estanques” (BORBA, 2014, p. 13), pois as diferenças entre gêneros não podem ser explicadas apenas pelos fatos aparentemente imanentes da fisiologia sexual.

1.1. Objetivos

Isso posto, temos por objetivo nesse trabalho discutir como as representações de gênero se constituem a partir de uma relação binária (macho e fêmea) que, por sua vez, desdobram-se em uma série de expectativas sociais que forjam sentidos exatos para uma suposta correspondência inequívoca entre corpo (sexo biológico, para ser mais preciso) e identidade de gênero. Essa relação pode ser explicada na medida em que nos propomos a criticar o “óbvio” do gênero, que assegura que homens e mulheres nascem ou são sempre assim.

Para avançar, pois, na propositura dessa crítica se faz necessário empreender estudo acerca da constituição das identidades de gênero dos sujeitos como um complexo e intrincado jogo de sentidos sobre masculinidades e feminilidades. Tais jogos a que nos referimos serão discutidos considerando as vontades de verdade do Estado para governar corpos e identidades e, ainda, à luz dos saberes que problematizam as identidades/os corpos em seu batimento com relações cisgêneras e transgêneras.

1.2. Justificativa

² Em alguns momentos, utilizarei “trans” como abreviatura do termo transgênero.

Justificamos a nossa pesquisa por considerarmos que estamos imersos em uma sociedade que discursiviza o ódio, naturaliza a violência e extermina o que é *diferente*, portanto, a discussão sobre a constituição identitária das pessoas transgêneras, antes inaudível, é, hoje, inadiável.

Para tanto, muito a propósito, nos propomos a suscitar algumas problematizações em torno das seguintes perguntas: será que somos sujeitos filiados a uma só matriz de sentidos – inquilinos do “próprio” corpo, aprisionados em uma identidade imanente e atemporal? A partir dessa rede de indagações será possível questionar o apagamento ideológico desses objetos e os sentidos neles inscritos sobre masculinidades e feminilidades.

Questões analíticas desafiadoras por se tratarem de discursos que estão pesadamente sedimentados em nossa formação social e ideológica e que promovem uma associação inequívoca entre corpo/sexo biológico – identidade de gênero – práticas sociais masculinas e femininas.

2. Metodologia

Com vistas a articular *objeto de análise, questão de pesquisa e teoria do discurso*, por meio do movimento constante entre descrição e interpretação, a nossa investigação, cuja natureza pode ser definida como *interpretativo-discursiva*, permite a percepção de intrincadas relações do discurso, da língua, do sujeito e dos sentidos.

Uma análise de caráter interpretativo-discursiva interessa-se em evidenciar o processo de constituição dos sentidos (efeitos de sentidos) e dos sujeitos (efeitos-sujeito), no intuito de compreender como o discurso produz sentidos e, por isso, está investido de significância para e por sujeitos. É possível dizer, então, que a investigação *discursiva* tem a intenção de reconhecer e ultrapassar os efeitos de evidência inscritos em um *corpus* a ser analisado, considerando a(s) questão(ões) de pesquisa e problematizando os processos de significação e textualização do político.

Os caminhos de uma pesquisa que pretende ser discursiva devem, portanto, expor as condições de produção/funcionamento de discursos, de modo a descortinar os efeitos de evidência e desnaturalizar a transparência dos sentidos, na medida em que problematiza a objetividade material que constitui discursos-sujeitos-sentidos.

3. Resultados e Discussão

Iniciamos essa sessão propondo pensar as (trans)identidades como uma série de mo(vi)mentos de identificação que uma pessoa pretende adotar, de maneira temporária ou permanente, em relação aos atributos sociais de gênero - masculino e/ou feminino -, em contradição ao sexo genital. Ao longo das páginas seguintes, iremos problematizar tais questões, que serão organizadas em dois tópicos: 3.1 breves considerações sobre as (trans)identidades e 3.2 as vontades de verdade do discurso estatal na constituição identitária dos sujeitos.

3.1 Breves considerações sobre as (trans)identidades

Com a problematização posta acima, podemos dizer que as identidades de gênero se referem às experiências de sujeitos em relação ao gênero, que pode ou não corresponder às expectativas sociais criadas em torno do sexo genital.

Essas experiências podem envolver modificação da aparência ou função corporal por procedimentos hormonais e/ou cirúrgicos, como também outras expressões de gênero - modos de falar, vestimentas etc. Essa discussão nos permite pensar com Nery (2011, s/p) que “as pessoas podem viver alternadamente com duas identidades sociais, masculina e feminina. Ou assumir uma posição intermediária, o gênero não marcado. Ou viver plenamente no tipo de sexo oposto”.

A partir dessas ponderações, é possível afirmar, *grosso modo*, que transgênero é um termo amplo para descrever e abrigar pessoas cuja identidade e expressão de gênero não estão em conformidade com normas e expectativas sociais ideologicamente associadas ao sexo genital/biológico. Também podem ser abrigados sobre o termo transgênero os sujeitos que se auto identificam como não tendo qualquer gênero, tendo gêneros alternativos e também os que se identificam tendo gêneros múltiplos.

No contexto em que uso, busco abrigar na expressão “sujeitos transgêneros” homens e mulheres “em suas variadas e contingentes relações com o gênero” (BORBA, 2014, p. 11). Essa orientação está alinhada ao que propõem alguns estudos que dão ênfase ao gênero construído, e não ao sexo biológico das pessoas, conforme explica Bento (2006).

É nesse contexto de representação e disputa por uma enunciação legitimada sobre identidade de gênero que se articulam os saberes médico-biologizantes³, jurídico-legais e religiosos,

³ Importante dizer que entendo os discursos biológicos e os biologizantes por óticas distintas. Com relação ao segundo, diz respeito à apropriação que se faz dos saberes do primeiro para apagar as marcas do social e do ideológico que também constituem os sujeitos, inclusive no que tange às identificações de gênero.

dentre outros, como possibilidade única de dizer, definir e valorar as possibilidades de vivência das masculinidades e feminilidades. Esses discursos apagam a complexidade dos mo(vi)mentos de identificação dos sujeitos e sua inscrição em sentidos do que se “convencionou” ideologicamente como práticas masculinas e femininas.

Pensamos que tais discursos, incluindo o médico-biologizante, consubstanciam a lógica de corpos trans abjetos, descartáveis e matáveis, pois, em um só gesto, reforçam a identidade de gênero como evidente e irrefutável e, também, põem as identidades transgêneras como destoantes do modelo machista, heteronormativo, branco e cisgênero. Ao dizer isso, não estamos desconsiderando a validade do discurso da Biologia⁴, mas reivindicando o lugar do histórico e do político para a construção das identidades trans ou, dito de outra forma, como os sujeitos se (des/re)conhecem diante das representações sociais de gênero.

Essas observações nos fizeram perceber que identidade de gênero não é um fato unitário, determinado em todos os lugares pelas mesmas motivações, mas antes uma complexa trama de variados mo(vi)mentos de identificação. A identidade trans, por exemplo, não é uma só, mas muitas identificações que as várias medidas do seu lugar não parecem ter correspondência.

E é a partir desse lugar movente, em que as identidades vão se construindo, que cremos ser necessário discutir o conceito de cisgeneridade, enquanto efeito do sistema binário que sustenta a nossa sociedade. Explicamos: diz respeito à noção de cisgeneridade as experiências/vivências dos sujeitos de concordância e “harmonia” entre corpo/genitália e o reconhecimento de si como homem ou mulher.

Nesse contexto, cisgeneridade designa as experiências subjetivas alinhadas às expectativas sociais de gênero e isso tem um duplo efeito: marca uma relação de diferença/desigualdade com a transgeneridade e, ainda, acrescenta outras perspectivas de abordagens e análises para compreensão das relações de/entre gêneros, uma vez que inscreve, nesse processo, a alteridade com as experiências de transgeneridade.

Entendemos, pois, que o uso da palavra cisgeneridade, utilizada para nomear as identidades de homens e mulheres, passa a funcionar discursivamente como forma de desvelar processos

⁴ A propósito, há pesquisas em andamento, à luz dos saberes biológicos, que também se propõem a investigar a transgeneridade. Algumas sinalizam para questões hormonais e para a morfologia do feto que, ao longo dos estágios de desenvolvimento, primeiro constituiria a genitália e, só depois, a região do cérebro que “orientaria” a identidade de gênero. Enfim, ainda não há um parecer consolidado a esse respeito no discurso médico-biológico.

de constituição de subjetividades que estavam funcionando, até então, pelo seu apagamento, o que gerava efeitos de sentidos que naturalizavam a posição *cis* quanto ao gênero.

E aqui é válido nos reportar a Orlandi (2012), quando explica que a relação entre sujeitos e pensamento ou entre a linguagem e o mundo não é unívoca, direta e transparente, mas acontece por mediações, e o discurso como instância material dessa relação propicia a criação de categorias teórico-analíticas que favorecem a compreensão dos movimentos de produção dos sentidos. É no discurso, portanto, que se materializa a relação entre o ideológico e o linguístico enquanto modo social de produção da linguagem.

O processo de desnaturalização da constituição de subjetividades nos permite, pois, pensar o movimento de construção social que acomoda as pessoas e os seus corpos em diferentes situações políticas em função de “sua” identidade de gênero. E, para isso, é necessário entender a cisgeneridade a partir de um contexto de representações que tem por efeito a violência simbólica para se firmar como padrão que define as possibilidades de existência das pessoas.

A cisgeneridade é compreendida como uma posição relativa ao gênero que estrutura relações de poder – hierarquias “corporais” e “epistêmicas”. A mobilização do conceito de cisgeneridade é capaz de desvelar estas relações - que se estruturam através de sua própria dissimulação, acobertando a causa do sujeito no próprio interior de seu efeito. **A cisgeneridade só deixa de ser o óbvio do gênero através de um processo crítico de questionamento de evidências.** (BAGAGLI, 2017, p. 153. Os destaques são nossos).

A respeito da hierarquia corporal, observamos que exerce sobre os sujeitos uma brutal violência na medida em que põe o corpo *cis*⁵ como modelo e parâmetro para o qual as experiências trans devem convergir para se legitimar diante do espelho e da sociedade *cis-hetero-normativa*. A lógica é: quanto menos evidenciar que é uma pessoa trans, mais aceita será, ou, ainda, contraditoriamente: para ser trans, é preciso se fazer cis.

Sob o efeito da *hierarquia epistêmica* incide a resistência teórica e política sobre o (se) dizer trans, ou seja, apenas é possível promover deslocamentos quanto às estruturas de conhecimento e modelo a partir da vivência cis enquanto verdade que pode ser enunciada sobre o gênero.

É a lógica do discurso cis que atribui sentidos possíveis às pessoas trans a partir de um aparato estatal justificado por um vasto escopo teórico que congrega os saberes da psiquiatria,

⁵ Uso o termo “cis” como abreviação de “cisgênero”.

medicina, biologia, psicologia, do sistema jurídico-legal, além do discurso religioso. Observamos, com isso, que saberes científicos e religiosos são acionados para justificar a discursividade do Estado sobre a pessoa trans. Em outras palavras, o Estado constitui “sua” discursividade ou “seu” imaginário sobre a transgeneridade na medida em que se articula com tais discursos, absorvendo o “seu” ponto de vista numa relação de representação, legitimação e institucionalização (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007).

3.2 As vontades de verdade do discurso estatal na constituição identitária dos sujeitos

A partir de Foucault, entendemos que o discurso é poder ou significa poder e, como tal, é objeto de desejo e luta dos sujeitos que objetivam entrar em sua “ordem perigosa”. Sendo assim, a produção e circulação dos discursos na sociedade, que pode ecoar “perigo”, é controlada e delimitada por certos procedimentos que conjuram a sua arbitrariedade, inclusive os saberes sobre identidade (d)e gênero.

Foucault, com esse raciocínio, expõe mecanismos de três naturezas que têm por função controlar, selecionar, organizar e redistribuir a produção discursiva: os procedimentos externos (sistemas de exclusão), os procedimentos internos e os procedimentos de rarefação dos sujeitos. Dentre os procedimentos externos, a interdição, a segregação da loucura e a vontade de verdade, me deterei ao terceiro - a “vontade de verdade”, que é o mais abrangente e, de certa forma, constitui os outros dois.

Ao definir ou estabelecer “o verdadeiro”, efetua-se sempre uma espécie de categorização, resultado de um construto social, que seleciona e impõe um modelo comportamental considerado bom e para o qual o sujeito deve aspirar. Esta categorização separa os sujeitos, visto que define quem é considerado bom e verdadeiro, ou seja, aquele que desempenha tarefas em função dos discursos verdadeiros, e, nesse mesmo gesto, também revela aquele considerado falso e errado, uma vez que não está ou não se porta em função das “leis” produzidas por este discurso. Desse funcionamento decorrem os efeitos de poder dos discursos verdadeiros.

Nesse sentido, afirma Foucault (2013, p. 52) que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral de verdade’”, isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; assim, a verdade absoluta não existe, ela é resultado de uma construção social e histórica, por isso, é relativa. Foucault também explica que, toda época ou a cada

época, há uma construção social de “vontades de verdade”, de modo que o que deve receber enfoque analítico não é o grau de veracidade de um discurso, mas os efeitos de seu poder.

Em acordo com esse raciocínio, Ruiz (2004, p. 22) pondera que verdade e poder se entrelaçam na modelagem da construção social. “A verdade (assim) é constituída como uma forma eficiente de poder que concomitantemente legitima aqueles mecanismos de poder que instituem a formação da verdade”.

Pelo exposto, analisamos que os efeitos de poder que procedem do discurso do Estado podem ser bastante operacionais, por penetrarem na sociedade de modo argucioso e com uma sutil autoridade. Esta fineza decorre do caráter relacional do poder, ou seja, de sua natureza microfísica, com base na qual o poder não pode ser analisado tão-somente como uma entidade unitária e compacta, mas como algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e aqueles que lhe são submetidos.

Dessa forma, sendo exercido em rede (microfísica), os micro poderes estão dispersos - diluídos nas práticas sociais -, constituem os discursos e constroem vontades de verdade de parcelas da sociedade como se fosse a única forma natural, verdadeira, melhor ou mais eficiente de constituição do tecido social, de maneira que não se pode questionar se há ou não poder, mas como ele é exercido. Ainda em Ruiz (*op. cit.*, p. 27), encontro substancial esclarecimento acerca da instância do verdadeiro do qual estamos tratando:

Ao estabelecer-se o verdadeiro, efetua-se, sempre, uma classificação, a qual permite definir quem entra na categoria dos normais, do verdadeiro, do natural e quem fica fora dela. Toda classificação é um construto social que define o campo do admissível e do rejeitável. Definindo, classifica-se; classificando, separa-se; separando, rejeita-se. Desse modo, define-se aquilo que é considerado bom, verdadeiro ou melhor. Em contraste, destaca-se aquilo que se considera mau, falso ou pior (RUIZ, *op. cit.*, p. 27).

É nesse sentido que os discursos do Estado, sob a égide da impessoalidade e do bem comum, detêm uma autoridade discursiva, que, perpassando as relações de poder no social, apresenta-se classificando, separando, julgando e produzindo os sujeitos, as formas de pensar, de agir e de viver – uma política de sentidos. Por essa razão, nos preocupamos em pensar como o discurso *sobre* a pessoa trans (o discurso estatal) ecoa no discurso *do* transgênero.

Penso que essa imposição do verdadeiro não se dá, normalmente, de modo impositivo, mas de forma subliminar, sutil, indutiva, de maneira que o *não dito* da verdade oficial circula como um *hábito* natural, não autoritário, que deve ser cumprido para que os mecanismos institucionais se articulem eficientemente.

O atravessamento de relações de poder no social, ao qual nos referimos, faz o sujeito conviver o tempo todo com uma pesada e operosa vigilância, sem limites, cuja extensão abrange até os mínimos espaços, tanto físico-corporais quanto psicológicos, dentre outros. Ficamos a pensar, a partir dessa discussão, como as pessoas trans, sob o efeito do inconsciente e da determinação ideológica, se dizem a partir da relação tensa entre *ser trans a partir de uma ótica cis*.

Pensamos, ainda, se não seria essa relação que mobilizaria os saberes teóricos, aos quais mencionamos anteriormente, que definem a identidade trans, agenciando sentidos entre os próprios transgêneros que, por vezes, estabelecem níveis ou hierarquias de quem é mais ou menos trans, diante das práticas e do corpo que lhe (re)veste.

Dito isso, vamos nos deter um pouco mais na “sociedade de controle” e como os efeitos das tecnologias biopolíticas são significativos; a disciplinaridade fixa os sujeitos em instituições e consome completamente no ritmo das práticas produtivas e sociais. Tais efeitos controladores, disciplinadores permeiam inteiramente a nossa “(in)consciência”, uma vez que se estabelecem de forma bastante sutil, ganhando aparência de naturalidade e evidência.

De acordo com Revel (2005, p. 55), essa biopolítica implica não apenas uma gestão da população, “mas um controle das estratégias que os indivíduos, na sua liberdade, podem ter em relação a eles mesmos e uns em relação aos outros”. Nesse sentido, Revel (*op. cit.*) explica que Foucault chama de “governamentalidade” as técnicas de dominação exercidas sobre os outros em conjunto com as técnicas de si.

Para Foucault (2012), então, a governamentalidade é definida pelas formas mais descentralizadas e difusas de poder exercidas pelo conjunto constituído pelas instituições, como também pelos próprios sujeitos, afinal: “gerir a população não quer dizer gerir simplesmente a massa coletiva dos fenômenos ou geri-los simplesmente no nível de seus resultados globais. Gerir a população quer dizer geri-la igualmente em profundidade, em fineza, e no detalhe” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 295).

Em sendo assim, essa tecnologia de poder, que implica a verdade como elemento constitutivo, não busca a submissão forçada de sua vontade, ou seja, não são apenas determinações explícitas e autoritárias de governo nem regras do direito que dirigem a vontade dos sujeitos, mas os próprios sujeitos buscam a sintonia com os modos da verdade para poder aceder às vantagens oferecidas pelo poder vigente.

A esse regime, na qual a verdade se impõe e provoca seus efeitos de poder, Foucault (2013) atribui a expressão “regime da verdade”, que busca a flexibilização da subjetividade com o máximo de cooperação e o mínimo de resistência do sujeito, que está destinado a um certo modo de viver em função dos “discursos verdadeiros” que trazem consigo efeitos de poder. As “formulações verdadeiras” revestem-se de um poder politicamente eficaz, visto que é capaz de induzir os modos de comportamento, inibir condutas consideradas reprováveis, estimular valores tidos como essenciais, enfim, o poder da verdade *esculpe* o modo de ser e estar do sujeito.

4. Conclusões

Pelo exposto, é possível dizer que as pessoas trans não dispõem de um poder estrutural para pensar teoricamente sobre as pessoas cis e, ainda, que esses sistemas teóricos, religiosos e estatais resistem a considerar as relações de/entre gêneros pela ótica trans. Em razão disso, reiteramos que é preciso “fazer furos”, abrir veredas e frestas nesse “cis-tema” para que seja possível às pessoas trans (se) verem a partir do seu “próprio” referencial e, também, para que a sociedade possa se deslocar para (se) ver por outros referenciais menos narcísicos.

5. Referências

BAGAGLI, Beatriz. Movimento de sentidos e constituição de subjetividade em discursos transfeministas. In: ZOPPI FONTANA, Mônica G; FERRARI, Ana Josefina (Org.). **Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. **História da Sexualidade 1**. São Paulo: Edições Graal, 2007b.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1997.

- GRANJEIRO, C. R. P. Foucault, Pêcheux e a formação discursiva. In: BARONAS, R. L. **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João editores, 2011.
- INDURSKY, F. A fragmentação do sujeito em Análise do discurso. In: CAMPOS, M; INDURSKY, F. **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000, p. 71-81.
- LAGAZZI-RODRIGUES. Suzy. O político na Linguística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI. Eni P. **Política linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- ORLANDI, Eni P. A leitura proposta e os leitores possíveis. In: ORLANDI, Eni P (org.). **A leitura e os leitores**. Campinas, SP: Pontes, 1998.
- _____. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 3 ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. 4. ed. Trad. Eni Orlandi et al, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- _____. [1984]. **Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes**. Décalages. Vol. 1. 2014.
- REVEL, J. **Foucault: conceitos essenciais**. Tradução Maria Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Clara Luz, 2005.
- RUIZ, Castor. **Os labirintos do poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação**. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004.